O Boletim de Conjuntura (BOCA) publica ensaios, artigos de revisão, artigos teóricos e empíricos, resenhas e vídeos relacionados às temáticas de políticas públicas.

O periódico tem como escopo a publicação de trabalhos inéditos e originais, nacionais ou internacionais que versem sobre Políticas Públicas, resultantes de pesquisas científicas e reflexões teóricas e empíricas.

Esta revista oferece acesso livre imediato ao seu conteúdo, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona maior democratizacão mundial do conhecimento.



BOLETIM DE CONJUNTURA

BOCA

Ano V | Volume 14 | Nº 41 | Boa Vista | 2023

http://www.ioles.com.br/boca

ISSN: 2675-1488

https://doi.org/10.5281/zenodo.7953870

BOLETIM DE CONJUNTURA

www.ioles.com.br/boca

MARIA ARAGÃO E A DITADURA CIVIL-MILITAR NO MARANHÃO: O SILENCIAMENTO, TRAJETÓRIA DA ATIVISTA NA PERSPECTIVA DAS HISTÓRIAS EM QUADRINHOS

Antonia da Silva Mota[1]

Ionayra Pinto Lima Moreira[2]

Resumo

O presente ensaio, *Maria Aragão e a Ditadura Militar no Maranhão: o silenciamento, trajetória da ativista na perspectiva das histórias em quadrinhos,* faz um diálogo entre as lacunas conteudistas concernentes as histórias silenciadas, mas especificamente acerca da escrita da história e a produção de histórias em quadrinhos, baseadas na trajetória da ativista Maria Aragão. O trabalho objetiva discutir a possibilidade da HQ: Ditadura Civil-Militar: Maria Aragão e sua luta em quadrinhos, como material didático nas aulas de história. A pesquisa foi resultado de pesquisa qualitativa, de campo, de entrevistas, questionário e levantamento bibliográfico realizados no Centro de Ensino Maria Aragão, escola situada em São Luis-MA. Após a elaboração do trabalho foi possível compreender a importância da inserção da história em quadrinhos sobre a Maria Aragão no ensino de história, tendo em vista a ausência do contexto ditatorial no maranhão nos livros escolares.

Palavras Chave: Ditadura Civil-Militar; Ensino; História em Quadrinhos; Maria Aragão.

Abstract

The present essay, *Maria Aragão and the Military Dictatorship in Maranhão: silencing, trajectory of the activist from the perspective of comic,* books makes a dialogue between the content gaps concerning the silenced stories, but specifically about the writing of history and the production of comic books, based on the trajectory of the activist Maria Aragão. The essay aims to discuss the possibility of the comic: Civil-Military Dictatorship: Maria Aragão and her struggle in comics, as didactic material in history classes. The work is the result of qualitative, field research, interviews, questionnaire and bibliographic survey carried out at the Maria Aragão Teaching Center, a school located in São Luis-MA. After the elaboration of the work it was possible to understand the importance of the insertion of the comic book about Maria Aragão in the teaching of history, in view of the absence of the history of Maranhão in school books.

Keywords: Civil-Military Dictatorship; Comics; Maria Aragão; Teaching.

INTRODUÇÃO

Enquanto professora de História do ensino básico vivenciei e vivencio a lacuna existente referente a História Local, notadamente sobre o período da Ditadura Civil-Militar (1964-1985); em especial, sobre a participação das lideranças de esquerda, que já vinham fazendo oposição ao governo dos coronéis no Maranhão. Quanto a isso, a médica, líder política, negra e mulher, Maria Aragão, possui todos os adjetivos daqueles que são silenciados e censurados. Sua história de luta na política, por exemplo, possui relação com a memória maranhense no contexto de Ditadura Civil-Militar. Para o ensino da história do Maranhão, em tempos de ditadura, a personalidade Maria Aragão tem trajetória

[1] Professora da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Doutora em História. E-mail: as.mota@ufma.br

[2] Professora. Mestra em Educação pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). E-mail: ionayralima@hotmail.com

relevante para os alunos do Ensino básico; tanto por seu ativismo político como também pela aproximação que os maranhenses possuem a essa personalidade, pela sua história na medicina e praça que é ponto turístico e palco para diversas manifestações culturais.

Baseada nas questões anteriores é oportuno salientar alguns impasses do ensino de história ainda na atualidade. Nos variados debates sobre a história da ditadura em sala de aula, muito se enfatiza Rio de Janeiro e São Paulo, revelando que as histórias regionais são, em muitos casos, esquecidas. Observamos que há um grande apagamento sobre a história maranhense e por isso propomos inseri-la nas salas de aula. Verificamos que muito se tem pesquisado nas universidades, porém o ensino da história ainda sofre da escassez de fontes, principalmente fontes locais, pois há uma fragmentação da memória constante na historiografia. Estas são de extrema relevância para o conhecimento escolar e para a inserção de uma história mais local, por isso, o livro didático, segundo Miranda e Luca (2004), deve ser analisado e adequado na medida das suas fragilidades conteudistas.

Enquanto as adequações não acontecem, professores/pesquisadores precisam pesquisar e aplicar métodos ou didáticas as quais possibilitam a inserção da história do maranhão nas escolas. Tendo em vista a fragmentação da historiografia maranhense nos livros didáticos oficiais. Portanto, é necessário que se dê espaço as histórias que podemos classificar de história vista de baixo, isto é, dar visibilidade aos menos abastados, ao camponês, ao operário, à mulher etc.

Ressalta-se que o trabalho possuiu abordagem qualitativa. Segundo Gil (2002, p. 133), a pesquisa qualitativa "[...] pode-se, no entanto, definir [...] como uma sequência de atividades, que envolve a redução dos dados, a categorização desses dados, sua interpretação e a redação do relatório". Para coletas de dados foram feitas, levantamento bibliográfico, pesquisa de campo do tipo exploratória, entrevista com o gestor da escola e questionário simples direcionado ao docente de história da escola. Para a elaboração do produto educacional foram feitas pesquisas no memorial Maria Aragão, em jornais digitalizados dispostos no acervo da Biblioteca Pública Benedito Leite e em documentos disponíveis no Arquivo Público do Maranhão. A investigação foi realizada no Centro de Ensino Maria José Aragão, escola localizada no bairro da Cidade Operária, na cidade de São Luís do Maranhão.

Em resumo, esse trabalho objetiva discutir a historiografia e o ensino da história que é fruto de pesquisa e dissertação do Programa de Pós-graduação em Gestão da Educação Básica, PPGEEB, mestrado da Universidade Federal do Maranhão. A investigação teve como campo de estudo o Centro de Ensino Maria José Aragão, escola localizada no bairro Cidade Operária, em São Luís do Maranhão.

DITADURA CIVIL-MILITAR

O Termo e uma breve análise

A respeito do título supracitado, é importante enfatizar que atualmente os livros didáticos tratam o período de 1964 a 1985 como Ditadura Civil-Militar, proporcionando um novo olhar para este contexto. Olhar que por muitas vezes pode ser questionado e/ou problematizado pela interpretação a qual o termo Civil-Militar é atribuído. Segundo análise de Melo (2012) dos variados debates a respeito do termo em questão, muitos historiadores atribuem a nomenclatura como uma tentativa de associar a sociedade Brasileira como aliada do golpe de 64, ou seja, a ditadura teria acontecido com a aprovação social, por isso, as discussões a cerca desta questão é de grande valia.

Porém, vale lembrar que um dos pioneiros da utilização deste termo, o historiador René Dreifuss menciona em 1981 a palavra civil referindo-se a uma classe e/ou elite, ou seja, empresários que financiaram e contribuíram para a instauração da ditadura. Dreifuus afirma que:

> [...] diferentes formas de poder da classe dominante, expressaram-se através dos vários organismos da sociedade civil: associações de classe (CONCLAP, FIESP, CIESP), grupos de ação política (IBAD), e vários escritórios técnicos privados (CONSULTEC, CBP). A ideologia modernizante-conservadora penetrou também a sociedade política através de *fhink-tanks* burocrático empresariais (FGV) e anéis burocrático empresariais (BNDE, "Grupos Executivos") (DREIFUSS, 1981 p. 106).

Devido a alteração do sentido e do conceito ao longo do tempo os professores são levados a ter o papel de intervir e problematizar em sala de aula, desde o título desse e outros conteúdos para que não haja empecilhos na compreensão do contexto em questão.

Seria ideal então, como sugere Melo (2012), caracterizar a ditadura como Empresarial-Militar, dessa forma haveria especificação a quem de fato deu suporte para tal intervenção, dessa maneira é possível desconstruir os discursos atuais que se utilizam da palavra civil para distorcer a dura realidade deste contexto. Tendo em vista o termo em questão e o problema em seu entorno é necessário enfatizar que o trabalho é intitulado como Ditadura Civil-militar para se referir aos livros didáticos e a nomenclatura a qual os mesmos utilizam a respeito a este cenário.

A pesquisa não possui pretensões de diminuir as proporções das repressões coercitivas, torturas, ausência da democracia ou em hipótese nenhuma, vincular toda sociedade brasileira com estes atos, mas enfatizar e contextualizar as ações do governo ditatorial para com Maria Aragão em território Maranhense.

A "turbulência" inicia-se em 1964: rupturas e transformações no Brasil

Durante a vigência da ditadura, o Brasil possuiu vários governantes. Em 15 de abril de 1964, Castelo Branco assumiu o governo com o golpe e diversos ideais, sendo eles políticos, econômicos e sociais. Essas medidas foram à suspensão da eleição direta, restrições em relação aos direitos constitucionais, cancelamentos de partidos políticos, cassações políticas etc., além disso, cortou ligações políticas com o país Cuba e assim procurou estreitar a economia brasileira com a norte-americana. Os Atos Institucionais se tornaram fundamentais para a legitimação censura, segundo o Arquivo Nacional (2001) os atos causaram crescimento do poder executivo, ou seja, não havia equilíbrio entre os poderes legislativo, judiciário e executivo, desse modo, foi perceptível um governo desarmônico.

Conforme a autora Heloisa Fernandes Câmera (2022) através dos Atos Institucionais compreende-se o cenário autoritário durante o período ditatorial, além de que os mesmos tiveram o papel de amparar, fundamentar e instaurar este novo cenário de censura, proibições e repressão no Brasil.

Os atos Institucionais reconfiguram o país de acordo com o Arquivo Nacional (2011), devido à ementa constitucional nº 9 implementada no governo de Marechal Castelo Branco, seu mandato obteve prorrogação até 15 de março de 1967, mesma data da posse a presidência de Artur da Costa e Silva, o mesmo legitima a fase mais intensa da ditadura, pois em seu governo é publicado o AI-5 para produzir efeitos rígidos sobre as muitas manifestações contra o governo. Algumas das características marcantes desse sistema foi o investimento na ampliação do comércio exterior, o controle da inflação através da política econômica, enfim, uma reforma nas dimensões administrativas.

Através de eleições indiretas, o general Emílio Garrastazu Médici, começa a exercer o cargo em 30 de outubro de 1969. Em conformidade com Arquivo Nacional Médici marca seu mandato com exílios, prisões, tortura e repressão profunda, ou seja, os conhecidos "anos de chumbos", evidencia-se nessa presidência, outro aspecto importantíssimo, segundo o a o "Milagre Econômico" o qual alavancou o PIB (Produto Interno Bruto). a ditadura além de promover mudanças no modelo político também construiu um novo modelo econômico, para o historiador Michel Goulart Silva (2023) neste contexto houve constante displicência com os direitos trabalhistas começando pela diminuição dos salários de inúmeros profissionais e coibição de manifestações por meio da repressão instalada em todo país no já citados anos de chumbo.

Segundo Silva (2023), a grande expressão da repressão se consolidou com exílios dos grandes intelectuais, pela falta de liberdade das universidades, no âmbito também da urbanização de algumas

cidades que como consequência causou o esquecimento e silencio da classe trabalhadora e retirada de seus direitos. Enfim houve drásticos impactos em toda sociedade brasileira a partir do golpe de 1964.

Fora um contexto de grande turbulência e repressão o qual possuía o disfarce de desenvolvimento econômico e social. Além dos discursos de esperança, do novo e da democracia, o golpe de 1964, assim como o autor Blanc afirma, "foi enquadrado dentro do verniz da democracia" (BLANC, 2020, p. 853). Este discurso ambíguo, as censuras, repressões e mortes se tornaram prática em todo o Brasil, inclusive no Estado do Maranhão, e é nesse cenário que o trabalho irá se aprofundar no próximo capítulo.

DITADURA CIVIL-MILITAR NO MARANHÃO: MARIA ARAGÃO E SUA LUTA CONTRA A DITADURA

No Estado do Maranhão as repressões, censuras, prisões e perseguições eram cotidianas no período da ditadura civil-militar, os ativistas dos partidos contrários a ditadura foram duramente reprimidos. A legitimação do golpe de 64 ocorre por todo o Brasil e, consequentemente, no Maranhão. Junto ao golpe civil-militar incide a retaliação dos revoltosos, materializando-se com as prisões.

O escritor Costa (2006) utiliza o termo "caça às bruxas" para referir-se a esse contexto de repressão e prisão de líderes comunistas ou até mesmo a quem fosse membro do partido. Nomes importantes maranhenses foram cassados como, por exemplo, Maria Aragão, Bandeira Tribuzi entre outros. Maria José Aragão, médica e líder política, sofreu inúmeras represálias. Foi por diversas vezes presa, medidas que tinham o intuito de fazê-la submissa. Também o poeta Bandeira Tribuzi foi preso por liderar o Partido Comunista em São Luís no ano de 1964, visto que eram consideradas subversivas as pessoas que militavam sob a bandeira da esquerda.

No Maranhão havia muitos integrantes do PCB, o DOPS possuía dados de cada integrante do partido e as identificações eram feitas por meio de documentos e fichas. Por exemplo, na pasta do dossiê nº 055 do Departamento de Ordem Política e Social encontram-se 134 documentos, incluindo 103 fichas de pessoas que participavam do PCB. Inicialmente o documento apresenta lista nomeada como: A relação dos elementos constantes do Livro do Partido Comunista do Brasil, apreendido na sede da Organização à rua 28 de julho, nesta capital. Nas páginas posteriores o documento exibe as informações das pessoas, como: Idade, profissão, nome completo, filiação, residência, estado civil etc., além das informações dos antecedentes e inquéritos que muitas vezes não eram respondidos. Com essas informações os militares detinham o controle sobre os membros do PCB no maranhão.

As prisões dos líderes comunistas (ou como os militares chamavam: *das facções comunistas*) tornaram-se mais constantes em 1964, quando a ditadura se instaurou. O trabalho clandestino em prol do

PCB tornou-se cotidiano e, por isso, a perseguição foi ainda mais rigorosa do que em outras épocas, pelo fato de o sistema político instaurado naquele cenário estar sob o controle dos militares.

A censura e repressão no Estado eram uma realidade antes e durante a Ditadura Civil-Militar. Os movimentos sociais, estudantis e os inclinados ao Partido Comunista Brasileiro eram o alvo da repressão, além da Igreja Católica com padres progressistas e trabalhadores rurais que lutavam contra invasões em suas lavouras. Esses e outros grupos eram considerados ameaças para o governo, por isso, eram reprimidos, com intuito de enfraquecimento desses setores (COSTA, 2004).

Muitos líderes políticos eram perseguidos e presos principalmente com a criação dos Atos Institucionais. O AI-1, por exemplo, cassou direitos políticos e proibiu o funcionamento de vários jornais (COSTA, 2004). Os periódicos denunciavam abusos contra trabalhadores, possuindo uma vertente esquerdista, como por exemplo, o *Tribuna do Povo*, o qual Maria Aragão possuía ligação direta, sendo diretora do Jornal. A ativista do Partido Comunista do Brasil utilizava forte método de propagação de seus ideais no jornal semanal do partido, que firmou-se desde 1942 até o ano de 1962

Durante o contexto já referido, Maria Aragão foi presa várias vezes. Para coibir sua militância de esquerda, os militares usaram de dura repressão. A legitimação da ditadura ocorre em todo o Brasil e, consequentemente, no estado do Maranhão. Junto com o golpe, ocorre a retaliação dos rebeldes, concretizada com as prisões. Maria Aragão tem uma trajetória obstinada, pois ergueu a bandeira do Partido Comunista mesmo em momentos de grande tensão, motivo pelo qual em 5 de abril de 1964, a comunista foi presa (MOREIRA NETO, 2015).

Depois desta prisão Maria Aragão voltou a ser detida em novembro do mesmo ano, com a busca na justiça por seus direitos os processos da líder política foram arquivados. Com isso, a ativista deu continuidade a sua militância, porém de forma mais clandestina ainda, como a mesma relata: “MARIA ARAGÃO: Não. Eu fazia trabalho político clandestino, era clandestino mesmo, reunião, finanças, tudo era clandestino”. Passou o ano de 1965 a 1972 em liberdade. Os *Anos de Chumbo* que tem como pano de fundo a Guerra Fria, foram intensificados com enfrentamentos impetuosos da esquerda em divergência, o general Emílio Garrastazu Médici começa a exercer o cargo nesse contexto, isto é, em 30 de outubro de 1969. O mandato do general é marcado justamente pelos exílios, prisões, tortura e repressão profunda, ou seja, os conhecidos já citados anos de chumbo. Nesse contexto em 1973, Maria Aragão voltara à detenção: - “Bem, mas aí, no dia 17, foi dia 17, [...] estava pronta pra ir pro trabalho, eram seis horas da manhã, eu estava fazendo café pra tomar e sair, já vestida, [...] quando batem na porta, eu vou ver, era um grupo da Polícia Federal” (MOREIRA NETO, 2015, p. 242).

Em um momento mais feroz da ditadura conhecido como linha-dura, houve uma prisão mais implacável. Maria Aragão passou por torturas, inclusive ter seus olhos vendados, choque elétrico,

perguntas, negações e repetidas flagelações, bofetadas e empurrões. A comunista ressalta um tratamento árduo naquela prisão de 1973 em Fortaleza: “Esse interrogatório foi muito duro, foi muito duro [...]” (MOREIRA NETO, 2015, p. 244).

Além do já citado Tribuna do Povo, Maria Aragão relata que em 1975 trabalhou no Jornal Voz Operária. Existem registros que a Comissão Geral de Inquérito Policial-Militar – CGIPM, desde 1969, solicitava ao 24º Batalhão buscas intensas com intuito de interditar os locais que produziam as impressões e publicações destes jornais. A alegação consistia em que o jornal Voz Operária era órgão central do Partido Comunista Brasileiro no Maranhão e tais buscas aconteciam devido a impressão deste jornal ser realizada em diferentes gráficas dificultando interdição total do jornal DOPS (1969). Ainda nessa pasta, observa-se nomes de pessoas que possuíam possíveis ligações com atividades subversivas. Isto é, os jornais, jornalistas, estabelecimentos e ativistas que vendiam e/ou distribuíam os periódicos eram reprimidos. Maria Aragão, assim, trabalhava intensamente em plena repressão e nos intervalos das suas prisões em favor do PCB juntamente com o jornal Voz Operária.

No ano de 1975 voltou a julgamento em Fortaleza. Dois anos após a prisão anterior, foi condenada há um ano e dois meses. E no dia 3 de janeiro de 1976, faltando alguns dias para sua liberdade, Maria Aragão recebe a notícia que seria transferida para o “Complexo Penitenciário de Pedrinhas”. Novamente como em suas prisões anteriores, não lhe foi dado o direito de comunicar-se com sua família. Conforme a entrevista concedida pra Euclides Moreira Neto (2015), em 1977, o Ministério Público recorre da decisão em relação à sentença dada anteriormente a líder comunista, sendo assim, sentenciada a dez meses de prisão em São Luís.

Em arquivo do DOPS, é evidente o endurecimento das medidas contra Maria Aragão. Em um recorte feito da matéria jornalística de 1977 do jornal O Estado do Maranhão, enfatiza-se que a Superintendência de Polícia Federal confirmava a prisão da médica e o título da matéria dizia: “Justiça Militar ampliou punição de Maria Aragão”, em caixa alta e negrito. Percebe-se que objetivava chamar atenção para a notícia, pois no texto se descreve as prisões anteriores da ativista, as de 1951 antes da ditadura civil-militar, 1966 e 1973. A matéria afirma que, após sua prisão de 1973, a ativista não trabalhava mais na clandestinidade e que seus familiares e amigos ficaram surpresos, pois seu advogado não teria sido informado acerca da nova detenção da médica.

A Lider Política trabalhou incansavelmente a favor da democracia, por isso, há grande necessidade em dar voz a sua história e trajetória de luta. Analisar a personalidade, Maria Aragão é buscar um novo discurso a respeito da ditadura de 1964 no Maranhão, o qual por muito tempo foi desconsiderado. Quanto ao ensino, nas escolas da rede básica, produzir histórias em quadrinhos com esse conteúdo é proporcionar uma nova ferramenta ao professor em sala de aula.

MARIA ARAGÃO: SUA TRAJETÓRIA CONTADA NA PERSPECTIVA DOS QUADRINHOS

Quadrinhos: a escrita da história e os HQs

Os historiadores Bitencourt e Galves (2014) quando discutem a historiografia Maranhense dizem que o passado nos alcança no presente, por isso, o historiador precisa saber como esse passado foi construído, ou seja, como e por quem foi contado e como foi escrito, pois o passado interfere diretamente no tempo presente. Nesse sentido há a necessidade de se analisar discursos dos que não foram colocados como protagonistas nos acontecimentos históricos. Porém, essa não é uma tarefa fácil, justamente pelo fato de que muitas histórias foram escritas por quem fazia parte desse protagonismo.

Para analisar histórias em outras perspectivas é necessário que a investigação seja no viés do que chamamos de a "história vista de baixo", isto é, uma análise de uma história contada não por generais, mas pelos soldados, não pelos senhores, mas pelos camponeses, não pelos burgueses, mas pelos operários. Quando o historiador inglês Peter Burke (1992) aborda a escrita da história ele aponta que a história social por muito tempo se preocupou com a opinião da elite, ou seja, havia apenas a opinião e os fatos de uma camada social deixando a história reduzida a então chamada: História da Elite.

Havia muitos questionamentos acerca dessa escrita até que o historiador inglês Edward Thompson, em 1966, inicia um novo conceito para a história. O mesmo escreve a conhecida The *History from Below,* ou seja, a história de baixo ou história vista de baixo. Essa inovadora corrente teórica proporcionou a ampliação da investigação aonde sujeitos antes não evidenciados, agora seriam mencionados na literatura. Burke afirma que essa perspectiva foi o ponto de partida para historiadores que desejavam "[...] explorar as experiências históricas daqueles homens e mulheres, cuja existência é tão frequentemente ignorada, tacitamente aceita ou mencionada apenas de passagem na principal corrente da história" (BURKE, 1922, p. 41).

A história vista de baixo é uma corrente que tem como objetivo rever o passado com outro olhar e com a ótica das vivencias não contadas, mas que contribuem com a história e memória de um povo. Como Peter Burke afirma, a busca dos historiadores atraídos pela história vista de baixo é "[..] reconstruir a experiência das classes sociais inferiores" (BURKE, 1922, p. 43). Estas histórias por muito tempo foram censuradas, mulheres e homens ao longo do tempo tiveram trajetórias desconhecidas mesmo com suas contribuições e ações em determinado momento ou fato histórico.

Os historiadores hoje se preocupam com as entrelinhas dos acontecimentos, com novas personagens, lugares e fontes que abrem as diferentes possibilidades do fazer historiográfico, a vista

disso, compreende-se a importância da história para construção e/ou reconstrução da memória que outrora fora silenciada ou esquecida.

Nesse sentido é necessário criar meios os quais possam viabilizar histórias silenciadas, como é o exemplo da trajetória da Maria Aragão, pois há uma grande centralização dos livros didáticos nos eixos Rio de Janeiro e São Paulo a elaboração de quadrinhos com a trajetória da ativista evidencia a reconstrução de um passado que valoriza a mulher, o Nordeste e as resistências as quais não encontramos nos materiais didáticos e nos currículos educacionais.

A importância dos HQs nas aulas de história está além da utilização de quadrinhos que já existem, mas está atrelada ao anseio da produção de temáticas ainda não existentes, as histórias em quadrinhos além de ser um instrumento diferente de se contar a história são também uma forma de se contar o que os livros didáticos não contam. Os autores Oliveira e Vergueiro (2020) dizem que os quadrinhos podem ser usados de inúmeras formas no ensino da história:

> [...] os quadrinhos na aula de História pode ocorrer de diferentes maneiras. Eles podem tanto ser utilizados para abordar períodos históricos específicos quanto temas ou conceitos mais gerais da área. Da mesma forma, pode-se trabalhar com vários tipos de quadrinhos – ficção, não ficção, material paradidático criado para este fim etc.

Os quadrinhos sobre a trajetória política da ativista é uma forma de material paradidático, pois é um material que objetiva auxiliar os professores nas aulas de ditadura civil-militar em território maranhense. Para os professores de história, as HQs podem ser consideradas como fonte histórica de pesquisa para determinada época, contexto, cenário e acontecimentos, Rama e Vergueiro comentam que os parâmetros curriculares do ensino médio "destacam a importância dos diversos gêneros dos quadrinhos como fonte histórica" (RAMA; VERGUEIRO, 2009, p. 6)

Conforme a historiadora Jaqueline Zarpato, a história e os quadrinhos possue uma conexão com o passado e com o tempo presente, pois podem fazer o leitor revisitar alguns eventos históricos. Para a autora, o uso das HQs no ensino da história se relaciona com as evidências que criam:

> [...] conexões entre o contexto no qual ocorre a narração da temática, confrontando e se relacionando com as experiências de quem lê as histórias. Podem ser as narrativas de confronto, de vida material, de embates culturais que representam, em suma, o processo histórico entrelaçando passado e presente (ZARPATO, 2020, p. 10).

Vale lembrar que essas conexões com o passado precisam ser mais amplas, isto é, não somente com o passado de pessoas consideradas ilustres, pois inicialmente quando os quadrinhos começaram a ser atrelados aos temas da disciplina de história enfatizavam uma história a qual podemos nomeá-la

como história vista de cima. Segundo o teórico João Mendonça "[...] entre os anos de 1950 e 1980 havia a valorização das [...] biografias de santos. Outras revistas, como as séries de Grandes Figuras [...] (MENDOÇA, 2009 p. 4). No decorrer dos anos essa realidade foi sendo modificada e a partir dos anos 80 outras histórias foram inseridas nos quadrinhos, como, por exemplo, biografias e relatos individuais, por esse motivo, é visível a necessidade de produções voltadas para histórias as quais não são divulgadas.

Entre essas e muitas concepções sobre os quadrinhos e o seu uso no ensino da história podemos dizer que as HQs são recursos pedagógicos e/ou instrumentos didáticos pedagógicos contemporâneos para a construção do ensino e aprendizagem, esses instrumentos podem possuir muitas vantagens em sala de aula, mas se faz necessário a utilização correta de tal recurso; e quando produzidos como paradidático, precisam se preocupar com as experiencias dos leitores, ou seja, alunos, dos professores e da escola.

A história em quadrinho sobre Maria Aragão se preocupa justamente com as realidades do Centro de Ensino Maria Jose Aragão. A escola carrega o nome da ativista, ou seja, a médica faz parte da história do centro de ensino; além disso, será uma fonte de estudo a respeito da história do Maranhão no cenário ditatorial já que pouco se evidencia acontecimentos locais. Mendonça destaca que: "Como em toda proposta metodológica, devem-se considerar as vivências das pessoas envolvidas no processo – educador e aluno – como suporte na busca de soluções mais adequadas ao contexto em que estão inseridas" (MENDONÇA, 2009, p. 10).

Além da preocupação com uma proposta que abrange a realidade dos sujeitos envolvidos no processo de ensino-aprendizagem, deve-se levar em conta os desafios de se trabalhar com os quadrinhos nas escolas públicas, pois a carência de recursos financeiros é uma realidade. Oliveira e Vergueiro (2020) sugerem a elaboração de fanzines, isto é, de revistas de baixo custo produzidas para abranger temáticas que se deseja trabalhar. Essa produção pode contar com o auxílio de um artista local para desenvolver a arte e após sua elaboração ser disponibilizada em formato PDF ou impressas em bibliotecas de escolas como instrumento educacional. Nesse sentido confeccionar as histórias em quadrinhos com a concepção das fanzines, utilizando temáticas relevantes para a comunidade escolar é proporcionar, mesmo com limitações financeiras, o acesso a materiais que construam conhecimentos e saberes.

A construção da história em quadrinhos: Ditadura Civil-Militar: Maria Aragão e sua luta em quadrinhos não objetivou apenas evidenciar um conteúdo e sim aproximar o aluno, criar sensibilidade e ligação com a história de vida da ativista a sua própria história. Oliveira e Vergueiro consideram que:

> Pensar os acontecimentos históricos para além do fatual a partir da construção de um pensamento crítico pela via da fruição artística nos parece ser uma das grandes contribuições dos quadrinhos ao ensino de História que, a partir das narrativas, tem sua dimensão de processo ampliada. Isso ajuda a desconstruir o método da simples "decoreba", levando o aluno a acompanhar o passo a passo dos eventos em cadeia, além de trazer a visão do contexto sociocultural, que contribui para um entendimento mais abrangente da época estudada. (OLIVEIRA; VERGUEIRO, 2020, p. 30).

As narrativas factuais possuem um grande peso nas aulas de história, a disciplina sempre objetivou questões que se direcionam a realidade, porém em deve-se levar em conta o público, pois o que é realidade para o público A não é necessariamente realidade para público B, ou seja, há uma importância inegável de se estudar e conhecer os alunos, o entorno da escola para que se torne possível o direcionamento de uma história em quadrinhos mais significativa que desperte o sentimento de pertencimento para que os alunos percebam que podem ser sujeitos da história.

Vale lembrar que os quadrinhos didáticos precisam se preocupar com as imagens e desenhos que possam contextualizar a história, pois a mensagem passada pelos quadrinhos funciona pela combinação do texto e imagens. O teórico Marcelo Fronza menciona a importância dos elementos estéticos na elaboração das HQs, pois para Fronza a imagem potencializa o: [...] desenvolvimento do aprendizado histórico [...] (FRONZA, 2020, p. 151).

A história da Maria Aragão contada em quadrinhos possibilita novos olhares entorno da escrita da história, ou seja, no que se refere a historiografia maranhense. Referente a escrita, as HQs apresentam um estilo diferente de se escrever história, viabilizando então uma nova fonte de pesquisa concernente ao cenário ditatorial no Maranhão, além de dá voz a uma história que por muito tempo fora silenciada. A historiadora Tania Regina de Luca (2020) considera que após muitas revoluções historiográficas os historiadores possuem um cardápio variados de fontes de pesquisa, obviamente é necessário levar em consideração toda a veracidade das mesmas, porém não se pode descartar a importância das fontes atuais.

O incentivo a compreensão histórica a partir de novas abordagens, utilizar didáticas e metodologias diferentes para se ensinar história e fontes é uma tentativa de ampliar o saber para além dos livros didáticos. Nos dias atuais aonde muitos preferem esquecer as torturas, censuras e mortes que a ditadura causou, aonde os anos de chumbo são considerados anos de glória e a ausência de democracia é compreendida como solução para o país, discutir e conectar a arte (HQs) com a história (ditadura Civil-Militar) é uma estratégia para que o passado não seja distorcido, muito pelo contrário, para que seja revisitado e reescrito conforme a realidade dos fatos. Conforme Moreira (2023) silenciar a trajetória da Maria Aragão e de outras personalidades maranhenses é retirar da educação o papel democrático de atender as demandas que aproxima o alunado as suas realidades, histórias e memorias.

CONSTRUÇÃO DA PROPOSTA DIDÁTICA: HQS – DITADURA CIVIL-MILITAR: MARIA ARAGÃO E SUA LUTA EM QUADRINHOS

O produto educacional foi produzido baseada na trajetória da Maria José Aragão no contexto ditatorial, ou seja, suas prisões e ativismo, porém também fora mencionado seus trabalhos políticos que antecedem o cenário já citado e a homenagem a qual recebeu após sua morte. Os quadrinhos têm como título: *Ditadura Civil-Militar no Maranhão: Maria Aragão e sua luta em quadrinhos*, a proposta objetiva o auxílio didático para o ensino da ditadura militar no maranhão a partir da trajetória da líder política Maria Aragão, ou seja, o produto visa a intervenção no ensino da história do maranhão a qual possui fragilidades, pois nos livros didáticos as histórias as quais são mencionadas dizem a respeito dos eixos Rio de Janeiro e São Paulo.

O material didático teve como ponto de partida fonte a pesquisa sobre a trajetória da ativista, para que fosse possível a elaboração da história, o texto foi analisado com base as pretensões já estabelecidas as quais eram enfatizar a luta da Maria Aragão e seu ativismo. A arte da história em quadrinhos foi produzida pelo quadrinista Iramir Araújo o qual também adaptou algumas partes do texto para que tornasse uma linguagem mais acessível.

Quando se trata de quadrinhos baseados em contextos históricos e em pessoas que fizeram parte destes contextos, há certas limitações e dificuldades para reproduzir feições em desenhos. Como já é sabido a personalidade Maria Aragão é pouco citada na literatura, muitos conhecem, por exemplo, a praça, mas o seu rosto não é conhecido por muitos. O desafio se tornou maior, pois o memorial onde dispõem documentação e imagens acerca da ativista encontra-se interditado por tempo indeterminado, ou seja, em alguns contextos foi inviável inserir a imagem da Maria Aragão tendo em vista que se fala de uma narrativa cronológica a qual os traços dos desenhos precisam obedecer às transformações e o processo de envelhecimento natural acometidas pelo tempo.

Para a produção da HQ foi necessário o auxílio de quadrinista profissional, o mesmo orientou como produzir a arte, desenho e montagem das imagens, o processo iniciou-se pela ideia do produto educacional, o qual tem como base a luta da Maria Aragão em tempos de ditadura, por isso, o primeiro passo fora a pesquisa, pois para a elaboração de uma HQ que objetiva o ensino da história, os dados são indispensáveis, com as informações coletadas através do trabalho de dissertação a respeito da vida e trajetória política da ativista antes e durante a Ditadura Militar.

É importante lembrar que a cor vermelha é preeminente em toda a história em quadrinhos, a cor faz alusão ao Partido Comunista Brasileiro, partido o qual Maria Aragão representou e fez parte por muitos anos de sua vida. Outro ponto a se destacar foram as características utilizadas no trabalho as quais são indispensáveis em todas revistas em quadrinhos. As legendas que representam a voz do

narrador, balões de pensamentos ou com expressões para a indicação de som, a história ligada através de quadros e entre outros aspectos que segundo Santos e Ganzarolli (2011) compõem as histórias em quadrinhos, fizeram parte da construção do produto educacional. Observe a seguir a imagem da página dois da HQ.

Figura 1 – Segunda página da HQ



Fonte: Produto Educacional (2023).

Além de ressaltar a cor vermelha do produto educacional, destaca-se também em muitos momentos a história narrada por Maria Aragão, portanto, sua imagem é constante nas páginas. Esta ênfase dar-se-á com propósito de demonstrar seu protagonismo em toda a história, como é nítido na imagem anterior.

A produção de histórias em quadrinhos possui a motivação de ação didática no contexto escolar, pois devido aos muitos obstáculos cotidianos em sala de aula, esquecemos que somos agentes importantes para a inserção de novas abordagens e didáticas que possibilitem um ensino e uma aprendizagem mais eficiente. Este gênero textual pode contribuir para a uma nova leitura dos jovens e adolescentes sobre a história da Maria Aragão durante o contexto ditatorial, proporcionando perspectivas sobre um contexto silenciado, mas que possui grande importância para historiografia maranhense.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Ditadura Civil-Militar reconfigurou o Brasil em todos os sentidos principalmente quando se fala dos Atos Institucionais os quais foram ponto de partida para a censura, repressão e torturas ao longo dos governos ditatoriais. Essas modificações abrangeram todas as regiões brasileiras, porém a historiografia de algumas dessas regiões fora silenciada durante muito tempo nos livros didáticos, destacando apenas os eixos Rio de Janeiro e São Paulo, deixando de dar voz as personalidades que vivenciaram de fato em outros locais do Brasil.

É necessário, portanto, que os silêncios sejam quebrados e que a historiografia atenda as demandas sociais, além de que haja a compreensão que a história Maranhense é relevante para além do âmbito acadêmico, mas também no cenário do ensino básico, pois esse ambiente é o dos mais propícios para a construção do saber histórico. A história como disciplina, segundo Cruz (2019), possibilita essa construção social e também a inserção de princípios no ambiente escolar para desenvolvimento dos alunos. Visando esse desenvolvimento concernente aos jovens e adolescentes, nada melhor do que enfatizar a importância das suas próprias histórias, da sua própria cidade, Estados e personalidades.

Com as lacunas existentes nos livros didáticos a respeito da ditadura civil-militar no Maranhão a relevância de evidenciar a ativista Maria Aragão em sala de aula é proporcionar novos saberes históricos para os alunos, por isso, o desenvolvimento da história em quadrinhos baseada na trajetória da líder política proporciona novas fontes de pesquisa, além de despertar o interesse pela leitura e novas perspectivas sobre determinados conteúdos. Para os autores Nakamura, Voltolini e Bertoloto a "[...] leitura deste gênero favorecia não só a compreensão dos temas abordados, como despertava o senso crítico dos alunos, assim apresentavam resultados satisfatórios no processo de aprendizagem" (NAKAMURA, VOLTOLINI; BERTOLOTO, 2021, p. 181).

O desenvolvimento da pesquisa e a produção da HQs oportunizou o estudo aprofundado a respeito da trajetória da Maria Aragão e/ou história do Maranhão em contexto de ditadura. Tivemos como centro das discussões a importância do ensino-aprendizado concernentes a história do Maranhão e as estratégias para superar os silenciamentos acerca da ativista e, consequentemente, das torturas e repressões em tempos de Ditadura Civil-Militar, tendo como ponto de partida as ausências destas temáticas nos livros didáticos de história.

A pesquisa motivou a produção de histórias em quadrinhos e ação didática no contexto escolar, pois devido aos muitos obstáculos cotidianos em sala de aula, como por exemplo, o contexto pandêmico ocasionado pelo novo coronavírus, SARS-CoV-2 (SENHORAS, 2020), o qual evidenciou a necessidade de ressignificar inúmeras ações para a efetivação no ensino, esquecemos que somos agentes importantes

para a inserção de novas abordagens e didáticas que possibilitem um ensino e uma aprendizagem mais eficientes.

Acreditamos que trabalho possa ter contribuído diretamente com o Programa de Pós-Graduação em Gestão do Ensino da Educação Básica, visto que visa suprir as necessidades e deficiências que as escolas maranhenses apresentam.

Dar voz a uma história da líder política Maria Aragão em sala de aula é possibilitar um ensino mais democrático e proporcionar para os alunos maranhenses o resgate da memória e história do seu estado, para que os mesmos tenham sentimento de pertencimento nos desdobramentos da Ditadura Civil-militar, e fora nessa perspectiva que o trabalho foi construído.

Consideramos que a pesquisa em questão conseguiu alcançar os objetivos estabelecidos. O objetivo, tendo em vista o desenvolvimento da história em quadrinhos como produto educacional para comtemplar as demandas do CE Maria Aragão. Tal objetivo foi alcançado pela efetivação da HQ Ditadura Civil-militar: Maria Aragão e sua luta.

Desse modo é possível adotar novos recursos didáticos para o ensino da história do Maranhão, mais especificadamente, da trajetória da ativista Maria Aragão. Os quadrinhos trazem assim uma nova perspectiva à história e memoria a respeito da ditadura civil-militar, um olhar para além da escrita que é centralizada nas regiões Sul ou Sudeste, mas também contar histórias em outros espaços e com novos personagens.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO NACIONAL. **Os Presidentes e a Ditadura Militar**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001.

BITENCOURT, J. B.; GALVES, M. C. (orgs.). **Historiografia maranhense**: dez ensaios sobre historiadores e seus tempos. São Luís: Editora da UEMA, 2014.

BLANC, J. "Politics in Uniform: Military Officers and Dictatorship in Brazil, 1960–1980". By Maud Chirio, **Journal of Social History**, vol. 53, n. 3, 2020.

BURKE, P. **A escrita da história**: novas perspectivas. São Paulo: Editora da UNESP, 1992.

COSTA, W. C. (org.). **História do Maranhão**: novos estados. São Luís: Editora da UFMA, 2004.

COSTA, W. C. **Sob o signo da morte**: o poder oligárquico de Victorino a Sarney. São Luís: Editora da UFMA, 2006.

CRUZ, M. M. "Construção do conhecimento histórico na escola". **História e Ensino**, vol. 25, n. 2, 2019.

DREIFUSS, A. **1964**: A conquista do Estado Ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Editora Vozes, 1981.

FRONZA, M. "O confronto de histórias em quadrinhos sobre a conquista da América como mobilizadoras de geração do sentido histórico nas narrativas gráficas produzidas por jovens estudantes do ensino médio". *In*: CAMPOS, C. E. C.; ASSUMPÇÃO, L. F. B.; SOUZA NETO, J. M. G. (orgs.). **História em Quadrinhos em Perspectiva para o Ensino de História**. São João do Meriti: Editora Desalinho, 2020.

MELO, D. B. "Ditadura 'civil militar'? controvérsias historiográficas sobre o processo político brasileiro no pós-1964 e os desafios do tempo presente". **Espaço Plural**, vol. 12, n. 27, 2012.

MENDONÇA, J. M. P. "Biografias em quadrinhos". *In*: VERGUEIRO, V.; RAMOS, P. **Quadrinhos na Educação**: da Rejeição à Prática. São Paulo: Editora Contexto, 2009.

MIRANDA, S. R.; LUCA, T. R. "O livro didático de história hoje: um panorama a partir do PNLD". **Revista Brasileira de História**, vol. 24, n. 48, 2004.

MOREIRA NETO, E. **Maria por Maria ou a Saga da Besta-Fera nos Porões do Cárcere e da Ditadura**. São Luís: Editora Engenho, 2015.

MOREIRA, I. P. L. **The teaching of the civil-military dictatorship in Maranhão**: the story of Maria Aragão in comics. São José dos Pinhais: Seven Editora, 2023.

NAKAMURA, L. O. O.; VOLTOLINI, A. G.; BERTOLOTO, J. S. "História em Quadrinhos: uma Abordagem do Percurso a sua Inserção Oficial no Ensino". **Revista de Ensino, Educação e Ciências Humanas**, vol. 22, n. 2, 2021.

OLIVEIRA, J. A.; VERGUEIRO, W. "Os quadrinhos e o ensino de história: o conhecimento pela via da sensibilidade". *In*: CAMPOS, C. E. C.; ASSUMPÇÃO, L. F. B.; SOUZA NETO, J. M. G. (orgs.). **História em Quadrinhos em Perspectiva para o Ensino de História**. São João do Meriti: Editora Desalinho, 2020.

RAMA, A.; VERGUEIRO, W. (orgs.). **Como usar as histórias em quadrinhos em sala de aula**. São Paulo: Editora Contexto, 2014.

SANTOS, M. O.; GANZAROLLI, M. M. "Histórias em quadrinhos: formando leitores". **Transinformação**, vol. 23, n. 1, 2011.

SENHORAS, E. M. "A pandemia do novo coronavírus no contexto da cultura pop zumbi". **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, vol. 1, n. 3, 2020.

SILVA, M. G. "Nota historiográfica acerca do golpe e da ditadura". **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, vol. 13, n. 38, 2023.

ZARPATO, J. A. P. M. "Prefácio". *In*: CAMPOS, C. E. C.; ASSUMPÇÃO, L. F. B.; SOUZA NETO, J. M. G. (orgs.). **História em Quadrinhos em Perspectiva para o Ensino de História**. São João do Meriti: Editora Desalinho, 2020.



BOLETIM DE CONJUNTURA (BOCA)

Ano V | Volume 14 | Nº 41| Boa Vista |2023

http://www.ioles.com.br/boca

Editor chefe:

Elói Martins Senhoras

Conselho Editorial

Antonio Ozai da Silva, Universidade Estadual de Maringá

Vitor Stuart Gabriel de Pieri, Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Charles Pennaforte, Universidade Federal de Pelotas

Elói Martins Senhoras, Universidade Federal de Roraima

Julio Burdman, Universidad de Buenos Aires, Argentina

Patrícia Nasser de Carvalho, Universidade Federal de Minas Gerais

Conselho Científico

Claudete de Castro Silva Vitte, Universidade Estadual de Campinas

Fabiano de Araújo Moreira, Universidade de São Paulo

Flávia Carolina de Resende Fagundes, Universidade Feevale

Hudson do Vale de Oliveira, Instituto Federal de Roraima

Laodicéia Amorim Weersma, Universidade de Fortaleza

Marcos Antônio Fávaro Martins, Universidade Paulista

Marcos Leandro Mondardo, Universidade Federal da Grande Dourados

Reinaldo Miranda de Sá Teles, Universidade de São Paulo

Rozane Pereira Ignácio, Universidade Estadual de Roraima